



## O 25 de Abril e os Seus Capitães

**A**nossa democracia é imperfeita? Pois é, como todas as outras. Mas querer “aperfeiçoar” é meio caminho para acabar com ela.

O verdadeiro significado do 25 de Abril é muito simples: restituiu a cada um de nós a liberdade, incluindo a liberdade de escolher o que fazer dela. Os capitães de Abril merecem o nosso respeito porque derrubaram um regime autoritário e opressivo que, durante 48 anos, manteve o país na miséria moral e material, impediu qualquer espécie de liberdade, perseguiu, prendeu ou forçou ao exílio os que o combatiam.

As motivações dos militares foram várias. Uns, como Salgueiro Maia, agiram com uma coragem e um dever de consciência exemplares para acabar com “o estado a que isto chegou”. Outros, talvez a maioria, estavam fartos de uma guerra em nome da defesa de um “império” que já estava fora do seu tempo.



POR  
**Teresa  
de Sousa**

Redactora principal  
do diário *Público*

Outros ainda tinham uma consciência política mais profunda, sobretudo aqueles que mantinham uma ligação militante ao Partido Comunista. É bom também não esquecer que se sentiram bastante “confortados” pela “dissensão” do general Spínola, tornada pública com o seu livro *Portugal e o Futuro*. Spínola, que não era um democrata, como alguns dos capitães de Abril também não eram, percebeu a inutilidade de uma guerra que estava condenada à derrota e que impedia qualquer evolução do regime.

•Os quase dois anos seguintes foram os anos de combate pelo destino a dar a essa liberdade. Anos muito duros, con-

vém recordar. Esse combate reflectiu-se no Movimento das Forças Armadas. A parte mais radical, ligada ao Partido Comunista e a alguns movimentos de extrema-esquerda, conseguiu impor-se durante os primeiros tempos. Os tempos dos saneamentos selvagens no Estado e nas empresas, das nacionalizações, da ocupação dos jornais (também com os respectivos saneamentos políticos), dos mandatos em branco do Copcon. Outros, mais moderados, defendiam o chamado “regime peruano”, numa visão terceiro-mundista que se afastaria das imperfeições das democracias capitalistas ocidentais e manteria a natureza “revolucionária” do novo regime, reservando aos militares o papel de garante supremo. Outros ainda perceberam que o rumo da revolução teria de levar em conta os partidos democráticos nascentes e os seus programas políticos, que defendiam uma democracia parlamentar, europeia e ocidental. Foram decisivos no 25 de Novembro, mas apenas depois da realiza-

ção das eleições para a Constituinte, a 25 de Abril de 1975, que uma boa parte do MFA ainda tentou adiar, alegando a falta de preparação dos portugueses (o velho argumento de Salazar) e acabando por apelar (sem sucesso) ao voto em branco. Ao contrário das expectativas (não havia sondagens credíveis nessa altura), as primeiras eleições livres deram ao PS de Mário Soares e ao PSD de Sá Carneiro uma votação largamente maioritária (38 e 26 por cento, respectivamente) e um triste resultado ao PCP (14 por cento). Cunhal e a parte do MFA que controlava rejeitaram o veredicto das urnas, argumentando com o veredicto das ruas. Mário Soares, que é o verdadeiro pai da nossa democracia liberal, ainda teve de mostrar que também conseguia vencer esse combate, com a manifestação da Alameda, em Lisboa.

O 25 de Novembro pôs fim a este período turbulento e perigoso. Cunhal soube recuar a tempo, não sem antes ter garantido a vitória da União Soviética nas colónias. As eleições legislativas de 1976 confirmaram, sem margem para dúvida, qual era a vontade de uma imensa maioria de portugueses. Seguimos o nosso destino democrático e europeu. A Europa passou a ser uma espécie de “programa comum” da democracia. Soares provou a Kissinger que não seria o Kerenski da revolução portuguesa nem precisava que lhe arranjasse um lugar numa universidade americana. Obteve o apoio da Alemanha de Willy Brandt e Helmut Schmidt, da Suécia de Olof Palme ou do Reino Unido de James Callaghan para garantir que o caminho da democracia não sofreria qualquer revés e para evitar uma situação económica muito difícil. A Europa continuava conosco e era o nosso destino.

A primeira revisão constitucional acabou com a tutela militar do Conselho da Revolução. Seria preciso chegar à primeira volta das eleições presidenciais de 1986 para clarificar definitivamente a natureza do centro-esquerda. O PCP e Ramalho Eanes (com o apoio de algumas franjas socialistas) viram nestas eleições uma oportunidade para derrotar definitivamente Mário Soares. Encontraram o melhor candidato possível: Francisco Salgado Zenha, o eterno número dois do PS. Soares chefiara um Governo do bloco central que aplicara durante três anos uma dose brutal de austeridade, imposta



## Os capitães de Abril merecem o nosso respeito porque derrubaram um regime autoritário e opressivo

pelo FMI. A sua impopularidade era total. Maria de Lourdes Pintasilgo, preterida por Eanes, apresentara a sua candidatura em nome de uma esquerda romântica que queria “aprofundar” a democracia. A direita tinha um só candidato: Freitas do Amaral. Sabemos o desfecho. O PS seria um partido social-democrata europeu e moderno. O mundo deu muitas voltas. Acabou a Guerra Fria e, com ela, a União Soviética. A Europa alargou-se à dimensão do continente. Com crise ou sem crise, Portugal é hoje um país infinitamente mais livre, mais desenvolvido e mais justo. Com um pequeno problema.

Quarenta anos depois, há ainda capitães de Abril que se vêem como “vigilantes” da democracia e portadores de direitos especiais sobre ela. Foram sempre convidados para a celebração parlamentar da revolução. Tiveram o seu palco na tradicional manifestação da Avenida da Liberdade. Têm o direito à palavra e à actividade política como qualquer outro cidadão. A que propósito e com que legitimidade Vasco Lourenço quer discursar nas cerimónias do Parlamento? Ontem

admitia ao i a tentação de se candidatar às presidenciais, o que é perfeitamente legítimo. Na mesma entrevista culpa os partidos pela crise em que estamos mergulhados e admite que o seu desejo era uma democracia representativa misturada com uma boa dose de democracia de base, seja lá o que isto quer dizer. Perdeu a noção do tempo e das coisas. Continua a pensar que tem uma espécie de *droit de regard* sobre as decisões que o país toma. Esse estatuto não existe em democracia, onde a lei é a regra e onde a única fonte de legitimidade são os votos dos cidadãos. Será muito difícil de compreender estas verdades básicas? Assunção Esteves disse-lhe aquilo que tinha exactamente a dizer. Se dissesse o contrário é que nos deveríamos preocupar. A revolta contra o Governo, contra a austeridade, contra as injustiças pode ser manifestada pacificamente todos os dias. O debate sobre o destino do país pode ser feito em qualquer lugar. Mas o actual Governo, seja qual for o juízo que façamos dele, tem a única legitimidade que existe em democracia, que é a do voto. Que algumas pessoas ainda achem que são donas da revolução que nos restituiu a liberdade é triste, embora não chegue a ser perigoso.

A cultura democrática portuguesa mantém especificidades próprias que, por vezes, nos deixam de boca aberta. Não é só esta coisa de dizer que os capitães de Abril ganharam um direito que mais ninguém tem. A direita (e alguma esquerda) não esconde a sua admiração por Álvaro Cunhal e pela sua alegada coerência, sem se deter por um minuto a pensar que os seus pescocinhos ficariam em risco se alguma vez ele tivesse levado a cabo os seus objectivos. Agora, querem-nos convencer de que, 40 anos depois da revolução e quando o mundo já deu várias voltas, temos de nos curvar aos capitães de Abril, para merecermos o nosso direito à liberdade. Tenho pena, porque Vasco Lourenço esteve sempre do lado certo durante o PREC. Gostaria muito que ele pensasse que fez apenas aquilo que a sua consciência lhe ditou. Como, aliás, muita gente que lutou contra o fascismo anos a fio e pagou por isso um preço muito alto. A nossa democracia é imperfeita? Pois é, como todas as outras. Mas querer “aperfeiçoar” é meio caminho para acabar com ela. ■

in **Jornal Público**, 13 de Abril de 2014